

**PROPUESTA DE MODIFICACIÓN ESTATUTARIA QUE SE SOMETERÁ A LA JUNTA GENERAL
EXTRAORDINARIA DE SOCIOS DE DISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, S.L. (la “Sociedad”),
CONVOCADA PARA EL PRÓXIMO 26 DE JUNIO DE 2025 A LAS 12:00 HORAS EN EL DOMICILIO
SOCIAL.**

En cumplimiento de lo dispuesto en el art. 287 de la Ley de Sociedades de Capital (“LSC”), se pone a disposición de los socios la siguiente propuesta de modificación estatutaria. Con carácter previo se recuerda a los socios, en los términos del Proyecto de Transformación Transfronteriza Intraeuropea, del Informe del Administrador sobre el mismo y de la información publicada en cumplimiento del art. 7.1 del Real Decreto Ley 5/2023 (“RDLME”), que la modificación estatutaria que se propone consiste en la adopción de unos nuevos estatutos sociales en consonancia con el sometimiento de la Sociedad a la legislación portuguesa, que resulta de la operación de transformación antes referida y que se someterá previamente a la decisión de la misma Junta, siendo imprescindible dicha modificación para que la Sociedad pueda funcionar como sociedad limitada portuguesa de conformidad con la legislación de ese país.

Se hace constar igualmente, también en cumplimiento de la legislación portuguesa, que los estatutos, en el artículo relativo al capital, deben incluir una relación nominal de todos los socios, con su número de identificación fiscal, domicilio y participación en el capital y que, para la eficacia de esta Transformación Transfronteriza Intraeuropea, dicha relación debe referirse al momento en el que se otorgue la escritura pública de Transformación en España, al ser éste el documento que se inscribirá en Portugal. Por este motivo la propuesta de estatutos que se someterá a la Junta no incluye dicha relación, sin perjuicio de que sí lo hará la correspondiente escritura.

La propuesta de modificación estatutaria a acordar es la siguiente:

“Previo la aprobación del Proyecto de Transformación Transfronteriza Intraeuropea y el correspondiente balance auditado con sus anexos, y una vez examinados los informe preceptivos del Administrador Único y del Experto Independiente, la Sociedad, en los términos de dicho Proyecto, acuerda trasladar su domicilio social a Rua Cristovão Pinho Queimado nº 35, 2º piso, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, Aveiro, 3800-012 Portugal, quedando sometida a la legislación portuguesa, y a fin de que la Sociedad cumpla con la misma en el momento de su inscripción en el Registro Comercial de Portugal (todo ello sujeto a la emisión del certificado previsto en el artículo 90.5 del RDLME), SE ACUERDA asimismo dar una nueva redacción a los estatutos sociales de modo que, sujeto a la condición de la emisión del certificado previo previsto en el art. 90.5 del RDLME, éstos pasarán a tener la siguiente redacción:

“DISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, LDA

ESTATUTOS

CAPÍTULO PRIMEIRO

DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJECTO

ARTIGO PRIMEIRO

A sociedade é constituída sob a forma de Sociedade por Quotas e adota a denominação de DISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, LDA.

ARTIGO SEGUNDO

1. A sociedade tem a sua sede na Rua Cristovão Pinho Queimado nº 35, 2º piso, 3800-012 Aveiro, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, concelho de Aveiro, e a Gerência poderá criar e encerrar sucursais, agências, delegações ou quaisquer outras formas locais de representação da sociedade, em Portugal ou no estrangeiro.

2. A sociedade durará por tempo indeterminado.

ARTIGO TERCEIRO

1. A sociedade tem por objeto a

a) A gestão e consultoria de empresas, prestação de serviços informáticos, de contabilidade, laborais, administrativos, de estratégia comercial e industrial, segurança e meio ambiente, organização interna e externa, racionalização e planificação de empresas, e organização da produção e dos recursos;

b) A participação noutras sociedades, sem limitação do montante ou percentagem dos respetivos capitais sociais, dentro ou fora de Portugal, de qualquer tipo social legalmente admitido, a detenção e investimento de ativos financeiros, obrigações, ações e participações em outras sociedades, a aquisição e alienação, em qualquer tipo ou forma, de valores mobiliários, assim como a aquisição, administração, negociação e cessão de créditos comerciais e direitos de crédito, quer esteja ou não representados em títulos negociáveis, com exceção às atividades expressamente reservadas a instituições bancárias ou outras instituições financeiras, e aquelas cuja legislação especial atribua com carácter exclusivo a outras entidades;

c) A aquisição, cessão, tratamento e defesa de marcas, patentes, licenças, modelos de utilização ou quaisquer outros direitos de propriedade industrial ou propriedade intelectual;

d) A realização de atividades de engenharia e informática; e

e) A aquisição, alienação, desenvolvimento, construção, administração e exploração, diretamente, por arrendamento ou por qualquer outra forma legalmente admissível, de imóveis de qualquer tipo, a aquisição de todo o tipo de bens móveis, maquinaria e ferramentas para revenda..

Todas as atividades que integrem o objeto social podem ser desenvolvidas tanto em Portugal como no estrangeiro, e a Sociedade pode desenvolvê-las de forma total ou parcial, assim como atividades de outras sociedades ou entidades de objeto análogo ou idêntico, cuja fundação ou criação possa promover e em cujo capital possa participar

2. A sociedade pode livremente adquirir ou alienar participações no capital social de qualquer sociedade de responsabilidade limitada, já existente ou a constituir, ainda que com objeto diferente do seu, ou em agrupamentos complementares de empresas, e realizar sobre elas as operações que se mostrem do interesse do objeto social da Sociedade.

CAPÍTULO SEGUNDO

CAPITAL SOCIAL, QUOTAS E OBRIGAÇÕES

ARTIGO QUARTO

O capital social, que será depositado nos cofres da sociedade até ao final do primeiro exercício económico, é de € 61.222.249,00 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e nove euros), correspondendo à soma 120 quotas. [Se insertará aquí el número total de socios en el momento de otorgarse la escritura de Transformación Transfronteriza Intraeuropea, así como la relación nominal de socios con la cuota de la que son propietarios (capital social que poseen) y su número fiscal].

ARTIGO QUINTO

A realização de suprimientos, que é meramente facultativa, depende de prévia deliberação da assembleia geral que aprove os respetivos montantes, remuneração, prazo de reembolso e demais termos e condições.

ARTIGO SEXTO

Podem ser exigidas aos sócios prestações suplementares de capital até um montante global igual a cinquenta vezes o valor do capital social, mediante deliberação da assembleia geral que especifique as respetivas condições.

ARTIGO SÉTIMO

A sociedade pode emitir obrigações até ao limite máximo previsto na lei, na modalidade e demais termos deliberados em assembleia geral.

ARTIGO OITAVO

- 1. A cessão total ou parcial de quotas a terceiros carece do consentimento expresso dos sócios e da sociedade, sendo deferido por esta ordem o direito de preferência na sua aquisição.*
- 2. Caso vários sócios concorram no exercício do direito de preferência, a quota em causa será dividida, cabendo a cada sócio uma parte proporcional à respetiva quota, sem prejuízo do disposto na lei a respeito do valor nominal mínimo das quotas.*
- 3. O sócio que queira ceder a sua quota a terceiros deverá comunicar tal intenção aos sócios e à sociedade, indicando o cessionário e todas as condições da cessão, por carta registada com aviso de receção.*
- 4. A recusa do consentimento e o exercício do direito de preferência têm de ser comunicados ao sócio cedente, por meio de carta registada com aviso de receção, no prazo máximo de sessenta dias após a data de receção da comunicação prevista no número anterior.*
- 5. A falta de resposta à notificação, pela sociedade e pelos restantes sócios, no prazo em que lhes incumbe dá-la, será entendida como autorização para a cessão e renúncia por parte dos restantes sócios aos respetivos direitos de preferência.*

ARTIGO NONO

- 1. A sociedade pode amortizar qualquer quota nas seguintes situações:*
 - a) Se essa quota for objeto de penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial;*
 - b) Em caso de insolvência, interdição, inabilitação ou contumácia do respetivo titular ou, em caso de contitularidade, de qualquer deles; e*
 - c) Se essa quota tiver sido cedida com violação do disposto no artigo 8º ou da lei em vigor.*
- 2. A contrapartida da amortização, calculada nos termos legais, é realizada em quatro prestações trimestrais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira três meses após a data da respetiva deliberação.*

CAPÍTULO TERCEIRO

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO DÉCIMO

- 1. A assembleia geral é constituída por todos os sócios, ainda que impedidos de exercer o seu direito de voto.*
- 2. Conta-se um voto por cada um cêntimo de valor nominal da quota.*
- 3. Os sócios podem fazer-se representar nas assembleias gerais, nos termos da lei aplicável.*

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Estarão sujeitas a deliberação dos sócios, além de outras que a lei indicar, as seguintes matérias:

- a) A amortização de quotas, a aquisição, a alienação e a oneração de quotas próprias e o consentimento para a divisão ou cessão de quotas;*
- b) A exclusão de sócios;*
- c) A designação e destituição de gerentes;*
- d) A aprovação do relatório de gestão e das contas do exercício, a atribuição de lucros e o tratamento dos prejuízos;*
- e) A exoneração da responsabilidade dos gerentes;*
- f) A proposição de ações pela sociedade contra gerentes, sócios e fiscal único, bem como a desistência e transação nessas ações;*
- g) A alteração dos Estatutos;*
- h) A fusão, cisão, transformação e dissolução da sociedade e o regresso da sociedade dissolvida à actividade;*
- i) A alienação ou oneração de bens imóveis;*
- j) A alienação, a oneração e a locação de estabelecimento; e*
- l) A oneração de participações sociais.*

CAPÍTULO QUARTO

GERÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

1. A administração da sociedade cabe aos Gerentes que vierem a ser designados pela Assembleia Geral, os quais serão entre um e nove gerentes, e aos quais compete prosseguir os interesses da sociedade e assegurar a gestão dos respectivos negócios, com integral observância das decisões dos sócios em assembleia geral, durante mandatos com duração de 4 (quatro) anos.

2. Os membros da Gerência poderão, de entre eles, designar os Gerentes responsáveis por cada área ou pelouro.

3. Sem prejuízo do disposto no Artigo Décimo Primeiro, a Gerência dispõe dos mais amplos poderes de gestão da sociedade, competindo-lhe designadamente:

(i) Conduzir todas as atividades da sociedade, podendo, para o efeito, praticar todos os atos que não sejam da competência da assembleia geral;

(ii) Definir a estrutura e organização interna da sociedade;

(iii) Elaborar as políticas gerais da sociedade;

(iv) Elaborar os planos de atividade e os orçamentos anuais e plurianuais;

(v) Nomear e exonerar os responsáveis pelos diversos sectores de atividade da sociedade e demais pessoal, bem como exercer o respetivo poder disciplinar;

(vi) Elaborar o relatório de gestão e a proposta de aplicação de resultados em cada exercício, no sentido de serem submetidos aos sócios;

(vii) Contrair empréstimos em dinheiro e celebrar contratos de financiamento, incluindo empréstimos e financiamentos a longo prazo, internos e externos;

(ix) Representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa e passivamente, propor e seguir ações, confessá-las e delas transigir ou desistir e comprometer-se em arbitragens, salvo o disposto em contrário nestes estatutos;

(xi) Constituir mandatários para a prática de determinadas categorias de atos ou quaisquer atos isolados, definindo da forma mais rigorosa possível o âmbito dos mandatos conferidos.

4. Os membros da Gerência podem ou não ser remunerados pelo desempenho das suas funções, conforme for deliberado em Assembleia Geral.

5 A Gerência reunir-se-á com a frequência necessária para assegurar a adequada prossecução da atividade social.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

A Sociedade obriga-se:

- a) *pela assinatura do Gerente José Carceller Arce;*
- b) *pela assinatura conjunta de dois membros da Gerência;*
- c) *pela assinatura de um Gerente com poderes delegados através de ata da Gerência;*
- d) *pela assinatura de um ou mais mandatários, nos termos e limites dos poderes que lhes tenham sido conferidos.*

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

Sempre que surgir a situação prevista no número 2 do artigo 262º do Código das Sociedades Comerciais, a Sociedade deverá designar um revisor oficial de contas para proceder à fiscalização das suas contas.

CAPÍTULO QUINTO

EXERCÍCIO E LUCROS E LIQUIDAÇÃO

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

O ano social inicia-se em 1 de Janeiro e termina em 31 de Dezembro.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

Os lucros distribuíveis terão a aplicação que a assembleia geral deliberar, podendo inclusive não ser distribuídos na íntegra.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

A liquidação da sociedade será efetuada extrajudicialmente, cabendo as funções de liquidatários, em exclusivo, aos gerentes, os quais poderão, no entanto, assessorar-se das pessoas que entendam necessárias para o desempenho das suas funções.”

Traducción de los Estatutos Sociales a español:

“CAPÍTULO PRIMERO

DENOMINACIÓN, SEDE Y OBJETO

ARTÍCULO PRIMERO

La sociedad se constituye como Sociedad de Responsabilidad Limitada y adopta la denominación de DISA DIVISIÓN INTERNACIONAL, LDA.

ARTÍCULO SEGUNDO

1. La sociedad tiene su domicilio social en Rua Cristovão Pinho Queimado nº 35, 2º piso, 3800-012 Aveiro, União das Freguesias de Glória e Vera Cruz, municipio de Aveiro, pudiendo la Dirección crear y cerrar sucursales, agencias, delegaciones o cualesquiera otras formas locales de representación de la sociedad, en Portugal o en el extranjero.

2. La sociedad tendrá duración indefinida.

ARTÍCULO TERCERO

1. La sociedad tiene por objeto

a) La gestión y consultoría de empresas, la prestación de servicios informáticos, contables, laborales, administrativos, de estrategia comercial e industrial, de seguridad y medio ambiente, de organización interna y externa, de racionalización y planificación de empresas y de organización de la producción y de los recursos;

b) La participación en otras sociedades, sin limitación de la cuantía o porcentaje de su capital social, dentro o fuera de Portugal, de cualquier tipo de sociedad legalmente reconocida, la tenencia e inversión de activos financieros, obligaciones, acciones y participaciones en otras sociedades, la adquisición y enajenación, en cualquier tipo o forma, de valores mobiliarios, así como la adquisición, administración, negociación y cesión de créditos comerciales y derechos de crédito, representados o no en valores negociables, con excepción de las actividades expresamente reservadas a las instituciones bancarias o a otras instituciones financieras, y de las que la legislación especial atribuya exclusivamente a otras entidades;

c) La adquisición, cesión, tramitación y defensa de marcas, patentes, licencias, modelos de utilidad o cualesquiera otros derechos de propiedad industrial o intelectual;

d) La realización de actividades de ingeniería e informática; y

e) La adquisición, enajenación, promoción, construcción, gestión y explotación, directamente, por arrendamiento o por cualquier otro medio admisible en derecho, de bienes inmuebles de cualquier clase, la adquisición de toda clase de bienes muebles, maquinaria y utillaje para su reventa.

Todas las actividades integrantes del objeto social podrán ser desarrolladas tanto en Portugal como en el extranjero, pudiendo la sociedad llevarlas a cabo total o parcialmente, así como las actividades de otras sociedades o entidades con objeto análogo o idéntico, cuya fundación o creación pueda promover y en cuyo capital pueda participar.

2. La sociedad podrá adquirir o enajenar libremente participaciones en el capital social de cualquier sociedad de responsabilidad limitada, ya existente o que se constituya, aunque tenga un objeto distinto al suyo, o en agrupaciones complementarias de sociedades, y realizar en ellas operaciones que redunden en interés del objeto social.

CAPÍTULO SEGUNDO

CAPITAL SOCIAL, CUOTAS Y OBLIGACIONES

ARTÍCULO CUARTO

El capital social, que quedará depositado en las arcas de la sociedad hasta el final del primer ejercicio, es de 61.222.249,00 euros (sesenta y un millones doscientos veintidós mil doscientos cuarenta y nueve euros), correspondiente a la suma de 120 acciones. [Se insertará aquí el número total de socios en el momento de otorgarse la escritura de Transformación Transfronteriza Intraeuropea, así como la relación nominal de socios con la cuota de la que son propietarios (capital social que poseen) y su número fiscal].

ARTÍCULO QUINTO

La realización de préstamos participativos, que es meramente facultativa, depende de acuerdo previo de la asamblea general aprobando los respectivos importes, remuneración, plazo de amortización y demás términos y condiciones.

ARTÍCULO SEXTO

Podrá exigirse a los accionistas el desembolso de capital complementario hasta un importe total igual a cincuenta veces el capital social, mediante acuerdo de la junta general en el que se especifiquen las condiciones respectivas.

ARTÍCULO SÉPTIMO

La sociedad podrá emitir obligaciones hasta el límite máximo previsto en la ley, en la forma y términos que decida la junta general.

ARTÍCULO OCTAVO

1. La transmisión total o parcial de acciones a terceros requiere el consentimiento expreso de los accionistas y de la sociedad, concediéndose por este orden el derecho de preferencia en su adquisición.

2. Si concurren varios accionistas en el ejercicio del derecho de preferencia, la acción de que se trate se dividirá, recibiendo cada accionista una parte proporcional a su participación, sin perjuicio de lo dispuesto en la ley respecto al valor nominal mínimo de las acciones.

(3) El accionista que desee transmitir su cuota a un tercero deberá notificar su intención a los accionistas y a la sociedad, indicando el cesionario y todas las condiciones de la transmisión, mediante carta certificada con acuse de recibo.

(4) La denegación del consentimiento y el ejercicio de los derechos preferentes deberán comunicarse al accionista transmitente por carta certificada con acuse de recibo en un plazo máximo de sesenta días a partir de la fecha de recepción de la comunicación prevista en el apartado anterior.

(5) La falta de contestación a la comunicación por parte de la sociedad y de los demás socios en el plazo en que están obligados a hacerlo se entenderá como autorización de la transmisión y renuncia de los demás socios a sus derechos de tanteo y retracto.

ARTÍCULO NOVENO

1. La sociedad podrá amortizar cualquier cuota en las siguientes situaciones:

a) Si la cuota es objeto de embargo, secuestro o cualquier otra forma de secuestro judicial;

b) En caso de insolvencia, interdicción, inhabilitación o contumacia del respectivo titular o, en caso de copropiedad, de cualquiera de ellos; y

c) Si la cuota ha sido transmitida en violación de lo dispuesto en el artículo 8 o en la legislación vigente.

(2) La contraprestación de rescate, calculada conforme a la ley, se pagará en cuatro cuotas trimestrales iguales y sucesivas, la primera de las cuales vencerá a los tres meses de la fecha del respectivo acuerdo.

CAPÍTULO TERCERO

ASAMBLEA GENERAL

ARTÍCULO DÉCIMO

1. La asamblea general se compone de todos los socios, aunque no puedan ejercer su derecho de voto.

(2) Se computa un voto por cada céntimo del valor nominal de la acción.

(3) Los accionistas pueden hacerse representar en las juntas generales en los términos de la legislación aplicable.

ARTÍCULO DÉCIMO PRIMERO

Serán objeto de resolución por los accionistas, además de otros señalados por la ley, los siguientes asuntos:

a) La amortización de acciones, la adquisición, enajenación y gravamen de acciones propias y el consentimiento para la división o transmisión de acciones;

b) La exclusión de accionistas;

- c) El nombramiento y destitución de administradores;*
- d) La aprobación del informe de gestión y de las cuentas del ejercicio, la aplicación del resultado y el tratamiento de las pérdidas;*
- e) La exoneración de responsabilidad de los administradores;*
- f) La interposición de acciones por parte de la sociedad contra los administradores, los accionistas y el auditor único, así como el desistimiento y la resolución de dichas acciones;*
- g) La modificación de los estatutos;*
- h) La fusión, escisión, transformación y disolución de la sociedad y el retorno a la actividad de la sociedad disuelta;*
- i) La enajenación o gravamen de bienes inmuebles;*
- j) La enajenación, gravamen y arrendamiento de locales; y*
- l) El gravamen de participaciones sociales.*

CAPÍTULO CUARTO

GESTIÓN Y SUPERVISIÓN

ARTÍCULO DÉCIMO SEGUNDO

- 1. La sociedad es administrada por los Administradores designados por la Junta General, que serán entre uno y nueve administradores, encargados de perseguir los intereses de la sociedad y de asegurar la gestión de sus negocios, con plena observancia de las decisiones de la Junta General, durante mandatos de cuatro (4) años.*
- 2. Los miembros del Consejo de Administración podrán designar, de entre ellos, a los Administradores responsables de cada área o departamento. Los miembros del Consejo de Administración podrán designar, de entre ellos, a los Directores responsables de cada área o departamento.*
- 3. Sin perjuicio de lo dispuesto en el artículo Undécimo, la Dirección dispone de los más amplios poderes para administrar la sociedad, y es responsable, en particular, de:*
 - (i) Dirigir todas las actividades de la sociedad y, a tal efecto, podrá realizar todos los actos que no sean competencia de la junta general;*
 - (ii) Definir la estructura y organización interna de la sociedad;*
 - (iii) Elaborar las políticas generales de la sociedad;*
 - (iv) Elaborar los planes de actividades y los presupuestos anuales y plurianuales;*
 - (v) Nombrar y destituir a los responsables de los distintos sectores de actividad de la empresa y demás personal, así como ejercer las respectivas facultades disciplinarias;*
 - (vi) Elaborar el informe de gestión y la propuesta de aplicación de resultados de cada ejercicio, para su presentación a los accionistas;*

(vii) Tomar dinero a préstamo y celebrar contratos de financiación, incluidos préstamos y financiaciones internas y externas a largo plazo;

(ix) Representar a la sociedad en juicio y fuera de él, activa y pasivamente, entablar y proseguir acciones, confesarlas y resolverlas o desistir de ellas y comprometerse en arbitraje, salvo disposición contraria de los presentes estatutos;

(xi) Nombrar mandatarios para realizar determinadas categorías de actos o cualesquiera actos individuales, definiendo el alcance de los mandatos de la forma más estricta posible.

(4 Los miembros del Consejo de Administración podrán ser remunerados o no por el desempeño de sus funciones, según decida la Junta General.

5 La Dirección se reunirá con la frecuencia necesaria para garantizar la buena marcha de las actividades de la sociedad.

ARTÍCULO DÉCIMO TERCERO

La Sociedad queda obligada:

a) por la firma del Gerente José Carceller Arce;

b) por la firma mancomunada de dos miembros de la Gerencia;

c) por la firma de un Gerente con facultades delegadas mediante acta de la Gerencia;

d) por la firma de uno o varios apoderados, en los términos y límites de las facultades que se les confieran.

ARTÍCULO DÉCIMO CUARTO

Siempre que se dé la situación prevista en el apartado 2 del Artículo 262 del Código de Sociedades, la Sociedad nombrará un auditor de cuentas para que supervise sus cuentas.

CAPÍTULO QUINTO

EJERCICIO Y BENEFICIOS Y LIQUIDACIÓN

ARTÍCULO DÉCIMO QUINTO

El ejercicio social comienza el 1 de enero y termina el 31 de diciembre.

ARTÍCULO DÉCIMO SEXTO

Los beneficios distribuibles se aplicarán en la forma que decida la junta general y no podrán ser distribuidos en su totalidad.

ARTÍCULO DÉCIMO SÉPTIMO

La liquidación de la sociedad se realizará extrajudicialmente, correspondiendo exclusivamente a los administradores las funciones de liquidadores, quienes podrán, no obstante, ser asistidos por las personas que estimen necesarias para el ejercicio de sus funciones."

El presente acuerdo se somete a la condición suspensiva de que por parte del Registro Mercantil de Santa Cruz de Tenerife se emita la certificación a la que se refiere el artículo 90 del RDLME.

Se hace constar que dichos estatutos suponen, respecto de los actuales, modificaciones en los siguientes aspectos:

- Objeto social.
- Nacionalidad.
- Domicilio social.
- Capital social.
- Transmisión de participaciones sociales.
- Libro Registro de Socios.
- Sistema de Convocatoria de las Juntas Generales.
- Facultades de la Junta General.
- Amortización de las participaciones sociales.
- Desarrollo de las Juntas Generales y régimen de mayorías.
- Sistema de Administración y remuneración de los administradores.
- Adopción de acuerdos en el órgano de administración.
- Cuentas anuales.
- Liquidación.

En Santa Cruz de Tenerife, a 7 de junio de 2025

La Administradora Única
DISA CORPORACIÓN PETROLÍFERA, S.A.

Fdo.:



D. José Carceller Arce
Persona Física Representante ex. art. 143 R.R.M.